

# Parecer de Gonet evita novas tensões com STF

## PGR tenta abrandar narrativa e espetacularização

Por Karoline Cavalcante

Ao se posicionar contra a proposta da Polícia Federal (PF) de intensificar a segurança na residência onde o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cumpre prisão domiciliar, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, evita também a armadilha da espetacularização.

Na avaliação do advogado criminalista Guilherme Augusto Mota, em entrevista ao Correio da Manhã, colocar agentes 24 horas dentro da casa de Bolsonaro “alimentaria uma narrativa de perseguição política e transformaria a custódia domiciliar em palco midiático”.

Para Augusto Mota, levando em consideração a véspera do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Ação Penal nº 2668 — que trata da tentativa de golpe de Estado após a eleição de 2022 e possui grande repercussão —, “a contenção jurídica é, em si, um ato político de prudência”.

### Intimidade

“Gonet resgata um princípio essencial: o domicílio, mesmo em contexto de prisão, continua sendo espaço de resguardo da intimidade. Ao preservar essa linha, o parecer contribui para diferenciar segurança jurídica de encenação punitiva, lembrando que o processo penal não pode se converter em espetáculo”, iniciou o advogado. “O desafio é garantir a efetividade da norma processual penal sem que a Justiça se torne refém da dramaturgia política que todo esse enredo carrega”, completou ele.

Na decisão da PGR, enviada ao STF na última sexta-feira (29), Gonet argumentou que



Victor Piemonte/STF

**Gonet: prudência para julgamento não virar show midiático**

não há elementos que justifiquem a presença constante de agentes dentro da residência e que a situação atual de Bolsonaro — monitorado por tornezeira eletrônica — não exige medidas mais severas, como sugeriu a PF, ao apontar risco de fuga do ex-presidente.

### Risco de fuga

Gonet reconheceu a existência de um “risco concreto de fuga”, especialmente em virtude das movimentações do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que tem atuado nos Estados Unidos para questionar a atuação do Judiciário brasileiro. Contudo, o procurador-geral defendeu que o monitoramento atual é suficiente e que, caso necessário, os reforços se restringiriam à área externa da residência.

“Não se aponta uma situação crítica de segurança no interior da casa”, afirmou o procurador-geral. Segundo ele, a preocupação da PF está con-

centrada nas áreas descobertas da propriedade, como o quintal e o entorno do imóvel, que fica em um condomínio fechado.

Como alternativa, Gonet propôs a instalação de câmeras externas com transmissão ao vivo, mas sem gravações, para garantir o acompanhamento em tempo real, sem invadir a privacidade do investigado. Ele também sugeriu que agentes da PF tenham acesso livre ao entorno da casa, caso haja qualquer indício de movimentação suspeita, mas sem a necessidade de manter agentes fisicamente presentes de forma constante.

O procurador ainda mencionou preocupações levantadas pela PF sobre uma possível tentativa de Bolsonaro de buscar asilo político na Argentina. A investigação citou até a elaboração de uma minuta de pedido ao presidente argentino, Javier Milei (Liberdade Avança). A proximidade do ex-presidente com líderes internacionais, como nas visitas à embaixada

da Hungria, foi apontada como um fator que poderia facilitar uma eventual evasão. Agora, a decisão final sobre as medidas caberá ao ministro Alexandre de Moraes — relator da AP 2668 —, que ainda não se manifestou.

### Segurança

A Suprema Corte possui um plano estruturado para situações que envolvem grandes eventos ou julgamentos de amplo interesse público. Além das equipes de policiais judiciais do STF, será montada uma força-tarefa composta por policiais judiciais do Distrito Federal e de outras localidades. Essas equipes de segurança trabalharão 24 horas por dia, sete dias por semana.

“O Tribunal mantém articulação permanente com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para definição conjunta das ações necessárias”, explicou o STF à reportagem.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Valter Campanato/Agência Brasil



Presidente do PT tenta segurar apoios para 2026

## Edinho tenta manter Centrão ao lado do governo

Novo presidente nacional do PT, Edinho Silva tem tentado evitar que a diminuição do peso de Jair Bolsonaro na direita reforce o isolamento do governo em relação a partidos do Centrão.

A equação é simples: as prováveis condenação e prisão do ex-presidente deixarão setores conservadores ainda mais à vontade para articularem uma candidatura de opo-

sição à Presidência. Um movimento que seria capaz de comprometer a formação de uma aliança mais ampla em torno da reeleição do presidente Lula.

Livre do discurso mais radical, típico do bolsonarismo, o candidato desses partidos de direita e de centro-direita teria, em tese, a capacidade de conquistar um eleitorado mais amplo.

### Tarcísio

A desenvoltura apresentada nos últimos dias pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e a crise do União Brasil com o governo comprovam que as articulações conservadoras avançaram muito. Tarcísio é, de longe, o candidato favorito da direita.

### Vai que é tua...

Ao reagir à movimentação da direita e criticar ministros de partidos do Centrão que não defendem o governo, Lula marcou posição, mas aumentou o tamanho do problema. Ao apontar a porta da rua para os infiéis, ele jogou mais peso nas costas de Edinho.

Geraldo Magela/Agência Senado



Senador pelo Amazonas, Aziz é contra vetos de Lula

## Derrota na CPI deixa aliados insatisfeitos com governo

A derrota sofrida pelo governo na formação do comando da CPI do INSS mostrou desarticulação, mas também um certo corpo mole por parte de aliados não petistas. Irritado por não ter sido indicado pelo governo para presidir ou relatar a CPI, o senador Otto Alencar (PSD-BA) quer deixar o grupo.

Líder do PSD no Senado, Omar Aziz (AM) também pediu pra sair: avalia que o Planalto não se empenhou para que ele fosse confirmado como presidente da CPI. Os vetos de Lula às mudanças na lei ambiental complicam sua situação no Amazonas e contribuem para que ele queira se distanciar do governo.

### Indefinição

A indefinição sobre a permanência de Celso Sabino (União) à frente do Ministério do Turismo é outro problema. O governo confia que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AM), conseguirá convencê-lo a ficar, mas a pressão contrária do partido é grande.

### Vitórias

A crise com ocorre num momento em que o governo comemora a ação contra o PCC. A operação sepultou de vez a tentativa de oposição de garantir impunidade quase absoluta para parlamentares e deu margem para críticas ao deputado Nikolas Ferreira (PL-MG).

### A estrela

Em seu livro “Memórias e testemunhos”, que será lançado hoje na Travessa do Leblon, o ex-ministro Edilson Lobão conta que João Baptista Figueiredo ameaçou não aceitar a indicação para suceder Ernesto Geisel na Presidência se não recebesse a quarta estrela de general.

### Sem cédula

O general Costa Cavalcanti, com quem Lobão trabalhara, foi chamado para domar o velho amigo Figueiredo — não adiantou. Para dar a derradeira estrela, Geisel teve que remanejar quatro generais, o que fez a fila de promoções andar — na ditadura, eleição era assim.

# Lula tenta diplomacia para conter tensões com EUA

Por Karoline Cavalcante

A declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmando que “não tem pressa” para aplicar a Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos pode representar uma estratégia diplomática para conter tensões e evitar o agravamento da situação — especialmente diante da proximidade do julgamento da Ação Penal 2668, que apura a tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022 e tem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) entre os réus. A avaliação é da advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes, ouvida pelo Correio da Manhã.

A legislação permite ao Brasil adotar medidas retaliatórias diante de ações econômicas hostis.

No caso, o presidente dos EUA, Donald Trump (Republicano), impôs recentemente uma tarifa adicional de 50% sobre diversos produtos brasileiros.

Em resposta, o Ministério das Relações Exteriores acionou a Câmara de Comércio Exterior (Camex), que, com o aval de Lula, iniciou na noite da última semana os trâmites para consultas e investigações preliminares — passo necessário antes de uma eventual notificação formal à Casa Branca.

### Retaliação

Para Hanna, o início desse processo indica que, “embora o governo não queira agir de



Ricardo Stuckert/PR

**Por enquanto, Lula seguirá buscando canais diplomáticos**

forma precipitada, a intenção de usar a lei é real e sinaliza que o Brasil está disposto a retaliar os EUA caso as tarifas não sejam revistas”.

“A pressão interna por uma resposta ao protecionismo americano é forte, especialmente do setor siderúrgico e agro brasileiro, que foi diretamente afetado. Porém, ao mesmo tempo, o governo federal precisa ser cauteloso para não desencadear uma guerra comercial que possa prejudicar outros setores da economia brasileira”, explicou a advogada.

### “Sem pressa”

Na última sexta-feira (29), o chefe do Palácio do Planalto ressaltou que o processo precisa avançar, mesmo sem pressa. “Tomei a medida porque nós temos que fazer andar o processo. Nós temos que dizer aos Estados Unidos que nós também temos coisas para fazer contra os Estados Unidos, mas eu também não tenho pressa porque nós queremos negociar”, disse o petista em entrevista à Rádio Itatiaia.

O descontentamento do Planalto não é apenas com as tarifas de até 50% que passaram a incidir sobre mais de um ter-

ço das exportações brasileiras para os Estados Unidos — mas também com a falta de interlocução. Lula disse que ministros como Fernando Haddad (Fazenda), Geraldo Alekmin (Indústria e Comércio) e Mauro Vieira (Relações Exteriores) tentaram, sem sucesso, contato com representantes do governo americano. “Até agora nós não conseguimos falar com ninguém. Então eles não estão dispostos a negociar. Se o Trump quiser negociar, o Lulinha paz e amor está de volta”, completou o presidente.

Lula também antecipou temas que pretende abordar em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em setembro. Entre os pontos centrais estarão a defesa da democracia, a importância do multilateralismo e a reforma da governança global.

Segundo a internacionalista, caso a Lei da Reciprocidade seja aplicada, a expectativa é que o Brasil imponha tarifas sobre produtos americanos específicos, visando causar um impacto equivalente ao sofrido pela indústria brasileira. “A escolha dos produtos taxados seria estratégica, procurando itens que causem o menor dano possível à economia brasileira, mas que sejam relevantes para o comércio dos EUA”, afirmou. “O governo Lula parece estar buscando uma solução que proteja os interesses nacionais sem comprometer a boa relação”.